ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1982/83 — I

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 7 – Nº 4

ABRIL DE 1983

PERIÓDICOS

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
E
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional; Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-2548 e 232-8678
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Algodão. 2

Arroz 6

Feijão 9

Milho 13

Soja 18

Comercialização das Safras 1981/82 e 1982/83: Alguns Indicadores 21

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo. . . 25

Preços no Mercado Interno . . . 27

Preços Relativos 29

NOTA DA EDIÇÃO

Anunciada como nova "super-safra", a safra de verão 1982/83 começa a causar uma certa preocupação. Sua entrada no mercado não foi suficiente para impedir o avanço dos índices inflacionários, dor de cabeça que aflige mensalmente as autoridades econômicas do país. Em verdade, diversos produtos agrícolas têm deixado sua marca no recrudescimento da inflação, nos últimos meses.

São várias as causas que contribuíram para tanto: as tradicionais quebras de safra do feijão, da batata e dos hortigranjeiros, um apertado fornecimento de arroz e a influência externa sobre os preços dos derivados da soja, no mercado interno, além do aquecimento do preço da carne, em plena safra (a ser analisado no próximo número de **Agroanalysis***) por exemplo. Estas são, no entanto, razões estritamente conjunturais; outras há, de ordem estrutural, de resolução ainda mais difícil e onerosa.*

Torna-se clara, neste momento, a necessidade da adoção de uma real política voltada para o abastecimento, capaz de propiciar a constituição de estoques de produtos alimentícios em qualquer época, que seriam empregados para a estabilização dos preços destes produtos em níveis compatíveis com a remuneração dos agricultores e com o bolso dos consumidores.

Afinal, a contínua redução dos subsídios ao setor, desde 1980, e a rápida perda do poder de compra da moeda, têm implicado em aumentos reais dos preços dos insumos adquiridos pelos agricultores. A isto somam-se o fechamento do crédito para investimento e a exigência de um emprego sempre maior de recursos próprios no custeio e na comercialização das safras, criando uma perigosa situação de descapitalização do campo. Sabe-se que o uso dos chamados insumos modernos e de maquinaria na agricultura brasileira vem regredindo nas últimas safras, não tendo atingido, ainda, níveis alarmantes, pela existência de uma capitalização anteriormente constituída. No entanto, por quanto tempo mais a produção alimentícia do país conseguirá atender a suas necessidades de consumo?

Os incentivos à exportação, a recente redução do Imposto de Exportação, criado para reduzir os ganhos com a maxidesvalorização, e o programa energético, por sua vez, agem no sentido de aumentar a rentabilidade de lavouras concorrentes em área com os cultivos voltados para o abastecimento do mercado interno, o que também aponta para futuros problemas (ver, a propósito, **Agroanalysis***, volume 5, nº 2).*

Este número de **Agroanalysis** *procura analisar a situação da comercialização das cinco principais culturas temporárias (algodão, arroz, feijão, milho e soja) avaliando, também, as possibilidades abertas pelo mercado externo (casos da soja, algodão e milho). Também fazem parte desta edição a seção Panorama Agropecuário e uma comparação entre a remuneração dos agricultores e os preços mínimos oficiais, em 1981/82 e 1982/83.*

COMENTÁRIOS

ALGODÃO

Menor produtividade poderá anular o efeito dos preços mais elevados

A produção de algodão em caroço da região Centro-Sul, na safra 1982/83, deverá atingir 1,608 milhão de t, 8,3% superior à precedente. A expansão na área plantada, de 6,3%, reflete o aumento ocorrido no Paraná, único estado a expandir o plantio da malvácea nesta safra (ver Quadro 1).

Desse modo, caso se confirme a estimativa de 141,1 mil t para a safra nordestina de 1983, a oferta interna total será de 888 mil t do pluma, 10,2% superior à de 1982. Tendo em vista que o consumo da fibra, estimado para 1983, situa-se entre 580 e 630 mil t do pluma, pode-se esperar um excedente entre 153 mil t e 211 mil t, já descontadas as 96,7/105 mil t do estoque de segurança, equivalente a dois meses de consumo (ver Quadro 2).

Assim, de acordo com as estimativas, o suprimento interno, este ano, deverá caracterizar-se novamente por uma certa folga, com os preços recebidos pelo produtor bem próximos do preço mínimo fixado pelo governo (Cr$ 1.886,10/arroba), o que representa um aumento de 96,87%, em relação ao preço mínimo da safra 1981/82.

A situação neste início de safra parece, porém, contradizer as projeções, em função da escassa disponibilidade de algodões no mercado interno e da continuação dos leilões de estoques da CFP com destino ao mercado externo. O atraso na colheita, devido às chuvas que ocorreram nas principais regiões produtoras de São Paulo e do Paraná, em meados de março, aliado à inexistência de estoques nas indústrias, acabou resultando na situação de escassez atual. Espera-se que no curto prazo, contudo, a oferta volte aos níveis normais.

A intenção da CFP, autorizando a liberação de seus estoques para exportação, nesta época, é de reduzir as reservas governamentais, de modo que, para 1984, o *carry over* seja da ordem de 110 mil t de algodão em

QUADRO 1

BRASIL – Área Plantada, Produção e Rendimento de Algodão em Caroço da Região Centro-Sul, Segundo os Estados Produtores – Safras 1981/82 e 1982/83

Estados	Área Plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	1981/82	1982/83	Variação %	1981/82	1982/83	Variação %	1981/82	1982/83	Variação %
Paraná	373.000	443.400	19,2	734.810	842.460	14,7	1.970	1.900	–3,5
São Paulo	318.000	313.500	–1,4	540.600	548.625	1,5	1.700	1.750	3,0
Minas Gerais	95.800	87.700	–8,5	79.993	78.930	–1,3	835	900	7,8
Goiás	39.000	35.000	–10,3	62.868	65.800	4,7	1.612	1.880	16,6
Mato Grosso do Sul	41.800	43.000	2,9	61.446	67.080	9,2	1.470	1.560	6,1
Mato Grosso	4.900	4.500	–8,2	5.145	4.725	–8,2	1.050	1.050	–
Total da Região Centro-Sul	872.000	927.100	6,3	1.484.862	1.607.620	8,3	1.772	1.780	0,4

FONTE: CFP.

pluma. Isto porque, caso as exportações sejam liberadas mais tarde, corre-se o risco de não encontrarem mercados compradores, tendo em vista que, a partir do segundo semestre, as safras do Hemisfério Norte começam a ser comercializadas. Até o final de março, já haviam sido liberadas para exportação 65 mil t e leiloadas mais 15 mil t do estoque da CFP, também destinadas ao mercado externo, o que resulta num total de 80 mil t, neste primeiro trimestre. Segundo cálculos da empresa, mesmo que o consumo chegue a 630 mil t, conforme estimativa do setor industrial, haverá ainda um excedente de 60 mil t, a serem exportadas este ano.

A permanência da CFP como controladora das exportações, via licitações e leilões, teve como objetivo manter o esquema adotado em 1982, já que, mesmo após a maxidesvalorização do cruzeiro, a exportação do algodão permaneceu gravosa, em função do Imposto de Exportação (reduzido recentemente de 20% para 10%), incidente sobre as vendas externas do produto. A sistemática adotada pela CFP, além de viabilizar a exportação do excedente de algodão para o mercado internacional, reduz substancialmente os custos dos subsídios, uma vez que eles cobrem apenas o diferencial da gravosidade de cada lote exportado.

A situação no mercado interno, caso as projeções de oferta, de consumo e de exportações do excedente sejam confirmadas, poderá propiciar ao produtor um ganho real. Contudo, mesmo que os preços reais recebidos sejam superiores aos praticados em 1982, a queda na produtividade e na qualidade da fibra, devido a chuvas na época da colheita, poderá anular esse ganho. A expectativa, porém, é de que, nesta safra, os produtores recebam um preço líquido real superior ao da safra passada, o que reverteria a tendência de deterioração dos preços, iniciada em 1976 (ver Quadro 3). A prática de preços não remuneradores, neste ano, poderia influir na redução da área cultivada da próxima safra, a exemplo do que ocorreu em 1982. Na safra atual, o aumento de plantio ocorrido no estado do Paraná deveu-se aos elevados rendimentos obtidos com a cultura do algodão em 1981/82. Essa expansão foi possível em razão da ocupação de áreas cedidas pela cafeicultura, no estado.

Além disso, o VBC e o preço básico fixados pelo governo, para a safra 1982/83, bem mais atrativos do que os definidos para as demais culturas, foram fatores adicionais a in-

QUADRO 2

BRASIL — Balanço de Oferta e Demanda de Algodão em Pluma — 1981/82 e 1982/83 — (1.000 t)

Safras	Estoque Inicial	Produção	Consumo	Exportação	Excedente Exportável[1]
1981/82	125,7	680,5	580	60	69,6
1982/83*	170,0	718,0	580/630	80[2]	130/173[3]

FONTE: CFP.
* Estimativa.
[1] Já descontado o estoque de segurança, suficiente para o consumo de dois meses, considerando-se o consumo estimado.
[2] Exportações já liberadas.
[3] Excedente exportável, já descontadas 80 mil t liberadas no primeiro trimestre.

fluir na decisão de plantio dos produtores paranaenses.

O estado de São Paulo poderá ter sua produção, ainda este ano, seriamente afetada pelo "bicudo", (*Anthonomus grandis*) uma das mais perigosas pragas do algodoeiro, que ataca a maçã, destruindo-a a seguir. O aparecimento dessa praga somente foi divulgado no final de fevereiro, embora desde o início de janeiro, relatórios técnicos da Cati, da Secretaria de Agricultura, alertassem para o perigo. A necessidade de isolamento da área atualmente infestada e o imediato combate à praga, via destruição das soqueiras e pulverização com defensivos, são medidas urgentes a serem tomadas, antes que a praga se dissemine por toda a área de plantio da região Centro-Sul. Há um enorme risco de sua difusão para outros estados, via transporte, sementes etc, o que poderá transformar o Brasil de exportador em importador da fibra, a exemplo do que ocorreu com a Venezuela e Colômbia, que tiveram, durante anos, sua produção reduzida pelo ataque do "bicudo".

O consumo interno estimado para este ano, entre 580 e 630 mil t de algodão em pluma, é, em termos médios, superior em 4,3% ao do ano passado, e caso chegue as 630 mil t, 8,6% superior. Evidencia-se, assim, o significativo aumento esperado nas exportações do setor, tendo em vista que o desempenho no mercado interno dificilmente superará o de 1982. A alteração da lei salarial deverá ter reflexo significativo sobre as vendas domésticas, na medida em que os produtos têxteis têm as faixas de renda média como seu principal mercado.

Após as últimas medidas toma-

QUADRO 3

*BRASIL — Preços Reais *Recebidos pelo Produtor de Algodão, Segundo os Principais Estados Produtores 1970-82 (Cr$/arroba)*

	REGIÃO CENTRO-SUL					REGIÃO NORDESTE			
Anos	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso do Sul	Ceará	Paraíba	R. G. do Norte	Pernambuco
1970	1.260,80	1.521,66	1.173,85	1.282,54	1.217,32	1.673,82	1.434,70	1.456,45	1.217,32
1971	1.516,79	1.751,53	1.589,02	1.661,24	1.516,79	1.841,81	1.895,98	1.877,92	1.932,10
1972	1.631,82	1.754,97	1.508,66	1.708,79	1.524,05	1.585,63	1.678,00	1.539,45	1.662,60
1973	1.768,73	2.184,12	1.808,93	1.956,32	1.795,53	1.969,72	1.969,72	1.889,32	1.755,33
1974	2.353,33	2.499,12	2.238,79	2.353,33	2.165,90	2.426,22	2.270,03	2.363,75	2.103,42
1975	1.864,52	1.962,22	1.880,80	2.092,49	1.620,25	2.084,35	2.182,05	2.002,93	1.872,66
1976	2.472,97	3.349,17	2.778,48	2.911,07	2.553,67	3.187,77	3.303,06	2.882,25	2.605,55
1977	2.222,55	2.473,09	2.214,47	2.557,95	2.295,28	2.420,56	2.509,46	2.747,88	2.347,82
1978	2.222,55	2.473,09	2.214,47	2.557,95	2.295,28	2.420,56	2.509,46	2.747,88	2.347,82
1979	2.031,20	2.180,73	1.949,79	2.133,41	1.961,15	2.324,60	2.114,48	2.108,80	2.072,83
1980	1.821,96	2.098,84	2.080,89	2.112,07	1.597,00	2.479,68	2.537,32	2.605,36	2.234,92
1981	1.770,30	1.878,30	1.676,70	1.734,75	1.661,40	2.130,75	2.142,00	2.077,65	1.998,45
1982	1.515,82	1.686,76	1.474,47	1.342,11	1.389,00	1.626,24	1.578,20	1.893,50	1.578,20

FONTE: CEA/FGV.

* deflacionados pelo IGP, col 2 de Conjuntura Econômica, para fevereiro de 1983.

das pelo governo – a maxidesvalorização do cruzeiro e a concessão do *draw-back* verde-amarelo – espera-se significativo aumento das exportações de artigos têxteis, em função do pequeno volume de divisas auferidas em 1982 (US$ 700 milhões), podendo inclusive ultrapassar a receita de 1981, quando foram exportados US$ 860 milhões. O fraco desempenho do ano passado reflete a perda de competitividade dos produtos nacionais face ao protecionismo crescente que caracterizou esse mercado nos dois últimos anos.

Um exemplo dessa situação é a sobretaxa à entrada de produtos chineses no mercado norte-americano, imposta após várias reuniões, completamente infrutíferas, para a renovação do acordo bilateral existente entre os dois países. Os EUA, além de sobretaxarem os produtos chineses, definiram quotas para as diversas categorias de produtos. Em represália, a República Popular da China impôs um boicote às importações de grãos, algodão e máquinas norte-americanas, até que novo acordo seja feito. O principal entrave à renovação do acordo bilateral situa-se na taxa de crescimento prevista para as quotas. A China quer que a atual taxa de 6% ao ano seja mantida, enquanto os norte-americanos estão dispostos a conceder taxas de crescimento entre 1% e 2% ao ano.

Situação semelhante ocorreu entre Coréia, Canadá e Austrália, com a imposição de sobretaxas sobre os produtos importados da Coréia nos mercados canadense e australiano. Após várias investigações sobre a prática de *dumping*, que estaria sendo levada a efeito por aquele país, as sobretaxas foram retiradas, pois não foram encontradas provas que fundamentassem a denúncia.

O efeito da máxi e do *draw back* sobre a exportação de têxteis, nas condições atuais do mercado internacional poderá não ratificar a expectativa otimista do setor (de US$ 1,0 a US$ 1,2 bilhão). O parcial fechamento de mercados da América Latina, África, Ásia e Leste Europeu, devido a problemas de balanço de pagamentos enfrentados por países dessas regiões não permite que, mesmo com preços competitivos, o Brasil eleve significativamente suas vendas para esses mercados, que representam cerca de 35% das exportações brasileiras nos últimos anos.

Quanto aos EUA e países-membros da CEE, o contingenciamento e a existência de quotas inviabilizam qualquer esforço de elevação significativa das exportações. O aumento das vendas para esses países, se ocorrer, será conseqüência do preenchimento das quotas fixadas. Isto porque, em função da perda de competitividade dos produtos nacionais ao longo dos últimos anos, as vendas brasileiras não têm conseguido atingir as quotas fixadas no âmbito do acordo Multifibras, espaço esse ocupado por países exportadores concorrentes do Brasil.

Diante do exposto, a expectativa das exportações no corrente ano não é totalmente favorável, em função de problemas conjunturais. Esta situação, no entanto, poderá ser revertida com a consolidação da retomada do crescimento da economia mundial, propiciada principalmente pela redução nas taxas de juros.

A última estimativa da produção mundial de algodão na safra 1982/83, mostra uma queda de 4,5% em relação à safra anterior. A recente quebra de safra ocorrida na produção da URSS, afetando o volume e a qualidade da fibra, deverá reduzir significativamente as exportações daquele país, forçando-o inclusive a recorrer à importação para suprir as necessidades internas de algodões de melhor qualidade.

Por outro lado, os programas *PIK* e *set aside*, postos em prática pelo governo norte-americano visando reduzir a produção de algodão, de acordo com as previsões preliminares, obtiveram bom resultado, na medida em que a área plantada em 1983/84 deverá ser reduzida em cerca de 25%, em relação à área cultivada na safra anterior. O crescente aumento do estoque interno norte-americano e a contínua queda verificada nas exportações, nos últimos três anos, acabaram resultando em elevados custos do governo com a manutenção do estoque doméstico e a política de garantia de preços ao agricultor. As exportações norte-americanas, em 1983, estão estimadas em

US$ 1,6 bilhão, o que representa uma queda de 25% em relação à receita auferida em 1982.

Para a safra 1983/84, considerando-se a redução esperada na produção dos EUA e nos estoques mundiais e a recuperação que se espera para a economia mundial, pode-se prever que os preços da fibra, já a partir do terceiro trimestre deste ano, iniciarão uma trajetória de alta.

ARROZ

Novamente as importações?

A comercialização da safra orizícola de 1982/83 tem apresentado diversos problemas, alguns já rotineiros, outros um tanto inesperados. Tendo-se verificado uma redução na extensão do plantio do cereal, novamente em razão da insatisfação com os preços vigentes no mercado, esperava-se que a produtividade pudesse compensar o recuo, propiciando uma safra com um volume aproximado ao da anterior. No entanto, não é sempre que se pode contar com as benesses do clima e, atualmente, parece certo que tal compensação não ocorrerá.

Na verdade, ao contrário dos últimos anos, a situação da safra ainda mantém elevado grau de indefinição, que se tem refletido diretamente no mercado do produto. Isto porque o tempo chuvoso do início do verão acarretou grandes atrasos nas operações de semeadura, principalmente no Rio Grande do Sul e hoje, também a colheita segue com um retardamento inusitado. A região de Itaqui, no Rio Grande do Sul, por exemplo, pela primeira vez colherá o arroz em maio e estima-se que até fins de março passado apenas 20% da área total do estado tenham sido colhidos. Apenas na região da fronteira o atraso é menor.

Por esta razão, não se dispõe ainda de um levantamento completo, sabendo-se que a produtividade das lavouras e a qualidade do produto obtido variam enormemente, de região para região.

Um rápido panorama da atual safra apresenta outras situações inesperadas. Com efeito, se já eram aguardadas as reduções de área no Centro-Oeste e a incidência de pragas e doenças naquela região, não se contava com o aumento da produtividade ocorrido no Mato Grosso do Sul. Também em Minas Gerais o desempenho dos arrozais foi superior ao previsto.

No Paraná, a performance da safra foi ainda melhor e, de acordo com a CEPA daquele estado, algumas regiões têm registrado rendimentos físicos entre 2.500 e 2.800 kg/ha.

Já no Maranhão, segundo maior produtor de arroz do país, a indefinição também é ainda muito grande, sabendo-se que houve retração no plantio e, sem dúvida, haverá uma quebra na safra. O produto colhido até o momento não apresenta uniformidade, com problemas de qualidade.

No cômputo geral, a safra 1982/83 deverá ser bem inferior à precedente. De reavaliação em reavaliação, a Companhia de Financiamento da Produção chegou à estimativa mais recente, de um total de 8,7 milhões de toneladas de arroz em casca (a estimativa anterior era de 8,9 milhões de t). Tal quantidade, porém, ainda não é a definitiva e, desta feita, não só a produção maranhense (sempre colhida mais tarde) poderá provocar desfalques. Boa parte das lavouras gaúchas deverá enfrentar o frio de maio e não se conhecem os efeitos que a colheita retardada terá sobre a produtividade e sobre a qualidade do produto.

Do mesmo modo, não é conhecida a posição efetiva dos estoques governamentais do produto, a cujo levantamento a CFP vem procedendo, para a elaboração de um real balanço de oferta e demanda, uma vez que a posição contábil de sua estocagem está ultrapassada. Em razão da redução da oferta da safra e da certeza de que os números atuais não serão mantidos por mais muito tempo, o governo federal está adotando uma postura cautelosa, optando por não divulgar as estatísticas de que dispõe, por não estarem ainda consolidadas.

De fato, não poderia agir de outra maneira, uma vez que o consumo anual do produto, para 1983, havia sido avaliado em 9,646 milhões de toneladas de arroz em casca, e conforme referência anterior, a atual safra não oferecerá sequer 9 milhões de

QUADRO 1

ARROZ: Evolução dos Índices dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores, dos Preços no Varejo nos Principais Centros e do IGP — Janeiro de 1982 a Março[1] de 1983 — (Dezembro de 1981 e de 1982 = 100)

	Preços Recebidos pelos Produtores[2] (Cr$/60 kg)	Preços Médios no Varejo[3] (Cr$/5 kg)	IGP
1982			
Janeiro	116	129	106
Fevereiro	124	143	114
Março	120	156	122
Abril	119	165	128
Maio	125	165	136
Junho	120	176	147
Julho	125	176	156
Agosto	120	179	165
Setembro	125	188	171
Outubro	135	192	179
Novembro	151	207	188
Dezembro	174	238	200
1983			
Janeiro	126	118	109
Fevereiro	126	139	116
Março	129	136	128

[1] Até 10/3.
[2] Rio Grande do Sul, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais.
[3] Agulha, em Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo.
FONTE: Sunab, Embrater, FGV.

t. Desconhecendo-se a real magnitude dos estoques, mas sabendo-se que foram bastante esvaziados, até o mês de fevereiro, com o fim de controlar o ritmo ascensional dos preços, pode-se supor que o equilíbrio do abastecimento interno esteja ameaçado.

Através do Quadro 1, pode-se observar que a discreta atuação do governo federal no mercado do produto permitiu que os preços no varejo estivessem permanentemente acima da variação do Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas, durante o ano de 1982. Em nível de produtor, porém, a situação foi diferente, com a remuneração obtida sistematicamente abaixo do IGP. No primeiro trimestre de 1983, os orizicultores dos cinco maiores estados produtores passaram a receber mais pelo seu produto, pela demora do ingresso do arroz novo no mercado e pela maior demanda pelo produto de melhor qualidade. Observe-se, no entanto, que, no caso dos preços em nível de varejo, pesa o acordo das autoridades governamentais com os supermercados dos principais centros, ao estabelecer um limite "razoável" para os preços.

Durante algum tempo, o mercado do arroz esteve estagnado, na expectativa da colheita e, segundo entidades representativas do setor, pressionado pelo ingresso de produto importado. Agora, aquela expectativa não apresenta um quadro de abundância, mas a reação ainda não veio. Na verdade, a comercialização do arroz segue lenta e, no Rio Grande do Sul, responsável por mais de 10% da área plantada da safra e, possivelmente, por mais de 25% da produção, está praticamente paralisada, pois os preços vigorantes nos mercados do

QUADRO 2

RIO GRANDE DO SUL: Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Orizicultores, em Termos Nominais e Reais — 1979 a 1982 — Cr$/kg

MÊS	NOMINAIS				REAIS			
	1979	1980	1981	1982	1979	1980	1981	1982
Janeiro	3,99	11,80	14,24	39,00	2,41	3,92	2,25	3,15
Fevereiro	4,11	11,50	15,10	44,87	2,39	3,67	2,20	3,40
Março	4,47	9,61	16,38	44,69	2,46	2,88	2,22	3,16
Abril	4,96	10,00	17,36	43,75	2,63	2,83	2,23	2,94
Maio	5,26	10,16	17,56	42,62	2,73	2,71	2,12	2,70
Junho	5,57	10,29	17,34	44,09	2,79	2,59	2,01	2,58
Julho	5,46	11,04	23,57	45,25	2,62	2,56	2,60	2,50
Agosto	5,84	11,56	20,33	44,65	2,65	2,51	2,10	2,33
Setembro	6,26	12,83	20,75	44,22	2,64	2,64	2,04	2,23
Outubro	7,78	15,09	23,77	47,38	3,11	2,89	2,24	2,32
Novembro	9,12	16,16	26,50	54,20	3,46	2,88	2,37	2,59
Dezembro	10,54	15,23	33,83	—	3,72	2,56	2,91	—

FONTE: Emater — Preços deflacionados pelo IGP (col. 2) — FGV (1977 = 100).

Rio de Janeiro e de São Paulo não viabilizam as vendas gaúchas. Com efeito, apenas os produtores que necessitam com premência de capital de giro têm vendido seu produto. No estado, as cooperativas estão adquirindo o arroz por, em média, Cr$. . . 3.500,00/50 kg, com prazo de trinta dias. Este nível de preço é considerado baixo e supera ligeiramente o preço mínimo da safra, de Cr$ 3.228,30.

Uma forte razão para a morosidade da comercializaçao gaúcha é a indefinição quanto ao preço a ser pago pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz, em suas aquisições para a constituição dos estoques no estado. Não se sabe se o IRGA adquirirá a safra com um ágio de 10% ou 20% sobre o preço mínimo, nem se as condições de entrega do produto serão as mesmas que vigoraram na safra 1981/82. Segundo cálculos da Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul, o tipo 2,50 x 18, mais freqüente no estado, será comprado por Cr$ 3.551,14, caso o ágio seja de 10%, ou por Cr$ 3.878,07, na hipótese de ser autorizado pela SEAP o percentual de 20%. Conforme observação daquela entidade, porém, a formação do estoque do IRGA terá um efeito conjuntural, pois não é certa a permanência de uma comercialização tranqüila.

Evidentemente, o produtor será beneficiado com o ingresso do IRGA no mercado, de vez que receberá a vista pelo arroz, com um prazo de entrega a ser determinado. Pelo produto beneficiado, o Instituto pagaria, com 10% de ágio, Cr$ 9.634,50, pelo tipo 2, de grãos longos finos, com 16% de ICM ou Cr$ 10.021,50/60 kg, se conseguir a permissão para adotar os 20%.

É opinião geral no estado de que o início das compras da autarquia promoverá uma movimentação mais fluida da comercialização. Cabe atentar, porém, para a insuficiência do novo patamar dos preços, no que diz respeito a seu papel como estímulo ao plantio do cereal. O Quadro 2, elaborado pela Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola do Rio Grande do Sul, revela uma situação de estagnação no mercado do produto, que tem sido contornada mediante a consecução de elevados índices de produtividade. Observe-se que o atual preço mínimo corresponde a Cr$ 53,80/kg e os dois possíveis preços de compra do IRGA, a Cr$ 59,20/kg e Cr$ 64,55/kg, respectivamente.

Espera-se, também, uma reação dos preços, quando as estimativas da quebra forem divulgadas e se puder avaliar seu efeito sobre o abastecimento. Em diversas ocasiões, o governo federal recebeu críticas a sua política de comercialização, por efetuar importações de arroz consideradas extemporâneas. Atualmente, porém, comenta-se que as compras ao exterior poderão ser inevitáveis, no segundo semestre, para complementar, de fato, a oferta interna. É possível que, até lá, os preços do produto se aqueçam, o que poderá acender a luz vermelha da preocupação com sua influência nos índices inflacionários.

FEIJÃO

Aguardam-se os resultados da safra da seca

Lavoura marcadamente destinada ao abastecimento do mercado interno, o feijão tem a característica de alternar períodos de escassez e de abundância. À semelhança de outros cultivos voltados para o consumo doméstico, como a mandioca e os hortigranjeiros, o feijoeiro só recentemente passou a merecer a atenção de organismos oficiais de pesquisa fitogenética, que poderiam, de há muito, ter desenvolvido variedades mais resistentes. Do mesmo modo, medidas de caráter econômico para o incentivo ao plantio e o amparo ao produtor não datam de muito tempo.

Como já observado em **Agroanalysis** (vol. 1, nº 15) o cultivo do feijão no país arca, ainda hoje, com o ônus da marginalidade por que passou durante um longo período. O Quadro 1 apresenta a posição relativa do feijão entre as lavouras brasileiras, no que diz respeito aos recursos a elas destinados na área da pesquisa e às publicações específicas sobre cada lavoura. Observe-se que a melhora na situação do produto ocorre após a criação da Embrapa.

Evidentemente, não só no campo estritamente agronômico estão as dificuldades. Tendo seu mercado limi-

QUADRO 1

BRASIL: Investimento em Pesquisa Agrícola por Produto — 1927/29 a 1978/80
*(Em Unidades Anuais de Pesquisa *)*

Produtos de Exportação	1927/29	1930/39	1940/49	1950/59	1960/69	1970/77	1978/80
Café	3,60	1,79	3,34	6,21	7,66	26,84	32,6
Algodão	1,48	1,85	1,41	1,77	4,26	2,92	18,9
Cítricos	0,30	1,58	2,88	1,80	2,70	3,38	13,4
Cana-de-açúcar	1,61	3,08	1,98	3,26	4,23	6,27	82,4
Amendoim	—	0,05	0,14	0,43	0,99	1,42	2,9
Óleo de Mamona	0,17	0,20	0,45	0,50	0,40	0,56	0,6
Cacau	—	—	—	0,15	0,45	5,06	50,6
Borracha	—	—	—	—	—	—	17,8
Soja	0,23	0,35	0,28	0,83	1,73	16,30	35,3
Produtos Domésticos							
Batata	0,43	0,39	1,33	1,32	2,08	0,98	3,7
Milho	0,11	0,77	1,05	1,70	2,65	5,08	33,4
Feijão	—	—	0,72	0,24	3,28	7,15	19,9
Tomate	0,31	0,14	1,27	1,18	1,88	3,34	4,6
Arroz	0,18	0,22	0,97	3,19	4,81	8,91	38,6
Mandioca	0,18	0,14	0,76	0,43	0,41	0,67	10,7
Trigo	1,25	0,05	0,76	0,81	0,92	13,97	16,2
Banana	—	0,45	0,35	0,30	0,60	1,63	2,0
Cebola	0,15	—	0,52	0,47	0,61	1,46	4,6
Horticultura	—	0,06	1,02	0,68	2,17	3,56	5,2
Frutas Temperadas	0,16	1,10	1,25	1,05	2,55	4,38	5,5
Frutas Tropicais	—	0,65	1,00	1,50	2,00	3,31	4,9
Outros	2,00	1,40	4,80	3,90	6,95	11,98	15,5

* Relação estabelecida entre os gastos em publicações específicas e as referências, em publicações, a cada produto.
FONTE: *Observations on Brazilian Agricultural Research and Productivity* - Robert E. Evenson, Revista de Economia Rural, vol. 20, nº 3, jul/set-1982.

tado, por sua configuração de "bem inferior", não atraiu, senão muito recentemente, produtores mais capitalizados, que poderiam investir no seu cultivo para a obtenção de uma oferta mais regular.

Assim, a evolução cíclica da cultura prossegue, com a safra 1981/82 recuperando o volume da produção alcançada em 1977/78 e com um novo recuo em 1982/83. Destaque-se que a área de plantio da leguminosa tem aumentado, em média, nos últimos anos, mas a produtividade ainda é muito baixa (a safra das águas 1981/82 teve um rendimento físico médio de 605 kg/ha e, a da seca, de 409 kg/ha).

A safra das águas 1982/83 iniciou-se com a expectativa de que poderia superar a anterior, alcançando 1,58 milhão de t. No entanto, as fortes e prolongadas chuvas que se abateram sobre a região Sul e a estiagem no Sudeste, regiões responsáveis por 85% da safra, levaram a contínuas reavaliações do volume da safra. Estimou-se a extensão da área cultivada em pouco mais de 2,015 milhões de hectares (contra 2,428 milhões na safra das águas anterior, devendo-se a redução aos baixos preços, em 1982) e a produção foi reavaliada, pela CFP, primeiro para 1,27 milhão de t, depois para 1,063 milhão de t.

As últimas estimativas da primeira safra de feijão do ano ainda não foram divulgadas, mas fontes ligadas à agricultura, nos estados, avaliam a quebra da safra com tintas carregadas, possivelmente superior a 40% do resultado inicialmente esperado. Caso este percentual se confirme, teriam sido perdidas 630 mil t do produto, o equivalente a três meses de consumo. Isto reduziria a oferta da safra das águas a um nível abaixo de 1 milhão de t.

O comportamento dos preços do produto cotado em bolsas e os preços pagos aos produtores foram — e têm sido — bastante influenciados por mais esta frustração de colheita.

QUADRO 2

FEIJÃO PRETO — Evolução Nominal dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores — 1982 e 1983 — Cr$/60 kg

	1982											
Estados	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Paraná	2.896,38	3.038,60	3.177,00	3.176,00	3.488,10	4.084,60	4.208,97	4.257,31	4.218,88	4.253,77	4.334,83	4.465,28
Santa Catarina	3.519,67	3.447,67	3.488,63	3.545,33	4.165,89	4.389,37	4.454,50	4.439,21	4.453,60	4.521,33	5.500,25	6.702,50
Minas Gerais	3.755,00	4.233,33	4.116,67	3.750,00	3.739,58	4.396,66	4.569,58	4.538,75	4.309,38	4.135,00	3.659,58	4.654,17
Rio Grande do Sul	3.355,48	3.319,08	3.440,90	3.402,50	3.625,31	4.130,00	3.962,50	3.650,00	3.780,00	4.000,00	4.000,00	4.800,00

	1983		
	Janeiro	Fevereiro	Março*
Paraná	6.686,33	6.076,67	6.194,00
Santa Catarina	6.428,37	6.595,13	6.549,40
Minas Gerais	5.416,67	5.083,33	6.812,50
Rio Grande do Sul	6.553,12	6.013,12	6.200,00

* até o dia 10.
FONTE: Emater.

Através do Quadro 2 pode-se observar a evolução dos preços recebidos pelos produtores de feijão preto em quatro dos principais estados produtores. No caso do Paraná, maior produtor da safra das águas, é fácil ver como foi possível ao Estado constituir um estoque tão volumoso do produto. Com efeito, o preço mínimo oficial para a primeira safra de 1982, Cr$ 3.709,80/60 kg superava com boa margem os preços do mercado, o mesmo acontecendo com o da safra da seca, Cr$ 4.702,20. O atual preço mínimo, para a safra das águas, de Cr$ 6.905,25/60 kg, não manteve a mesma margem, não só por ser apenas 86% superior ao fixado para a safra das águas anterior, mas, basicamente, devido ao imediato reflexo das perdas da safra sobre as cotações.

Assim, se até março de 1982, o governo federal havia adquirido cerca de 400 mil t de feijão através de AGF's, este ano, no mesmo período, as aquisições totalizaram tão somente 200 mil t, majoritariamente de feijão preto.

Muito da safra 1982/83 não pôde ser comprado, porém, em virtude da baixa qualidade do produto colhido. Em Minas Gerais, por exemplo, maior produtor da safra da seca, 44% do feijão colhido até fevereiro apresentavam baixo padrão de qualidade. Justamente este fator foi o responsável pelas altas cotações atingidas pela variedade "Carioquinha" na Bolsa de Cereais de São Paulo, Cr$ 9.000,00/60 kg no início de março, contra Cr$ 6.400,00 um mês antes. O produto de baixa qualidade ("chuvado") predomina na colheita, sendo, talvez, 90% do feijão colhido. Grande parte deste produto situa-se abaixo dos padrões da CFP e é vendido, no interior de São Paulo, por preços até Cr$ 4.000,00/60 kg (Cr$ . . 5.500,00 a Cr$ 7.000,00 na Bolsa).

A alta derivada da redução da oferta esperada para este período também se fez sentir no varejo, ainda mais com o fim da campanha de preços especiais desenvolvida pelo governo federal. A Companhia de Financiamento da Produção tem procurado, porém, manter abastecidos sem problemas os mercados do Rio e de São Paulo, principalmente o primeiro, maior centro consumidor de feijão preto do país. Enquanto não entrar a safra da seca, porém, estará mais disponível no mercado o produto de pior qualidade, relativamente abundante.

O Quadro 3 apresenta o com-

QUADRO 3

*FEIJÃO PRETO: Evolução Real *dos Preços Médios no Varejo do Rio de Janeiro*
1980 a 1983 – Cr$/kg

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1980	211,42	202,94	190,42	180,11	169,32	159,95	156,23	146,13	138,78	128,93	119,89	113,20
1981	318,70	306,15	319,18	363,36	401,43	380,26	342,65	329,30	280,55	268,95	225,95	–
1982	208,96	202,14	195,40	173,00	182,15	167,61	121,49	98,78	94,41	86,74	78,91	66,21
1983	67,37	116,33	98,00									

FONTE: Emater.
* corrigidos pelo IGP, col. 2, de Conjuntura Econômica, para fevereiro de 1983.

portamento dos preços do feijão preto no varejo da cidade do Rio de Janeiro nos últimos três anos, corrigidos para o último mês de fevereiro. Pode-se ver a influência dos estoques governamentais na baixa relativa dos preços do grão. De fato, estão em queda sistemática desde meados de 1981. Mesmo assim, ainda não há indícios de recuperação acentuada do consumo, que declinou lentamente por vários anos, em razão das crises de abastecimento tão freqüentes. O salto dos preços de dezembro de 1980 para janeiro de 1981 não reflete necessariamente a realidade do mercado, uma vez que em 1980, quando houve uma forte escassez do produto, os preços eram tabelados.

A propósito, como deverá ficar o mercado do feijão, em 1983, após mais uma colheita frustrada? Aparentemente, pelo que se pode prever diante das informações disponíveis no momento, não haverá uma crise como as de anos recentes. Supondo-se que o consumo total do produto ao longo do ano seja o mesmo estimado para 1982 (há cálculos apontando para um número menor) isto é, cerca de 2,5 milhões de t, a safra da seca, atualmente em fase de colheita, mais os estoques do governo, deverão ser suficientes para o atendimento da demanda. Realmente, espera-se que a segunda safra proporcione uma oferta de quase 1,4 milhão de t, à qual se somariam as cerca de 400 mil t do estoque governamental. Ter-se-iam, então, aproximadamente 1,8 milhão de t para complementar a safra das águas e uma oferta total (safra das águas + safra da seca + estoque) pouco inferior a 2,750 milhões de t.

Prevalecendo este raciocínio otimista, de que a segunda safra conseguirá registrar o que dela se espera, não haverá maiores problemas. No entanto, quase a metade da produção desta safra origina-se do Nordeste, não se podendo avaliar os reflexos do clima sobre as lavouras. Na Bahia, por exemplo, na região de Irecê, já se desistiu da avaliação inicial, de que os 148 mil ha plantados gerariam 133 mil t de feijão. Embora ainda não se disponha de números definitivos, calcula-se que a produtividade média anteriormente aguardada de 840 kg/ha, poderá situar-se abaixo dos 500 kg/ha, resultando numa oferta semelhante à da fracassada safra 1981/82.

Verificando-se nova frustração, até um certo ponto, o estoque governamental poderá regular o mercado, se bem que a rápida reação dos preços à divulgação de uma quebra será inevitável. De qualquer forma, os atuais preços mínimos para a safra da seca são favoráveis à estabilização do mercado num patamar mais elevado (para o tipo 1, o preço mínimo, no Centro-Sul, é de Cr$ 9.391,80/60 kg; para o tipo 2, Cr$ 9.213,00; para o tipo 3, Cr$ 8.944,80; tipo 4, Cr$ 8.050,20 e tipo 5, Cr$ ..... 7.603,20), levando ao aumento dos estoques em mãos do governo federal. Esta situação já se vinha delineando há algum tempo, pois a obtenção de safras volumosas não conseguiu recuperar o nível do consumo, levando à formação de estoques elevados e ao conseqüente esfriamento do mercado, que determinou a redução do plantio da safra 1982/83. Aliás, esse comportamento de grande parte da população está a merecer maiores atenções, tendo em vista que, de um momento para o outro não se muda um hábito de consumo. Esse aspecto assume grande importância, quando se leva em conta que o feijão era um dos poucos alimentos com bom teor proteínico disponível para uma população marcadamente subalimentada.

MILHO

O preço mínimo deverá ser o principal referencial do mercado

No final de fevereiro, a CFP informava que a safra brasileira de milho 1981/82 foi de 22,932 milhões de t, obtidas a partir de uma área colhida da ordem de 13,382 milhões de ha. O rendimento médio verificado atingiu, portanto, apenas 1.714 kg/ha, registrando-se mais uma vez, grande defasagem entre a produtividade do Centro-Sul (2.120 kg/ha) e a do Norte-Nordeste (450 kg/ha). De fato, a porção setentrional do país foi, novamente, responsável por somente 6% da produção total do grão, conquanto tenha plantado 24% da área de cultivo do cereal.

Conforme atestam os dados do Quadro 1, o abastecimento interno do grão esteve bastante folgado durante o ano de 1982, graças não só a uma safra recorde, como, também, ao fato de que a demanda se apresentou muito retraída. Isto porque a crise da suinocultura e a lenta expansão da avicultura, em 1982, acarretaram um consumo de rações inferior em mais de 10% ao de 1981. Assim, considerando-se que, usualmente, 85% do milho consumido internamente são destinados à engorda de animais, e que 80% do consumo total de rações provém das criações de aves e suínos, compreende-se como foi possível ao governo federal formar estoques elevados que, em agosto, chegaram a totalizar perto de 2,4 milhões de t.

De posse deste grande volume do grão, as autoridades governamentais puderam proceder à exportação de 508,53 mil t do produto, que geraram uma receita de US$ 50,3 milhões. Ou seja, o preço médio obtido foi de apenas US$ 99,00/t, inferior, portanto, aos US$ 110,50/t obtidos pelos EUA com a exportação do milho nº 2 Yellow. Isto porque os produtores obtiveram um superávit de milho num ano de ampla oferta mundial do produto (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 12).

Assim como ocorreu no mercado externo, os preços do milho, internamente, mantiveram-se muito deprimidos durante todo o ano de 1982. Durante o segundo semestre, por exemplo, embora se tratasse da época de entressafra no Centro-Sul do país, o preço médio real pago ao produtor paranaense foi quase 10% inferior ao dos seis primeiros meses do ano. Além disso, a média nominal, para o ano, naquele estado, foi 3,4% inferior ao preço mínimo de Cr$ . . . . 1.028,40/60 kg praticado na safra 1981/82.

Tal panorama, aliado ao processo de descapitalização do produtor e ao contexto recessivo da economia, não tardou em afetar a intenção de plantio da nova safra, pois, para o lavrador de milho, não se descortinavam perspectivas de uma boa comercialização futura, que justificassem o aumento da extensão cultivada com o cereal. Concomitantemente, para esta decisão contribuíram os elevados preços atingidos pelos diversos insumos necessários ao plantio, principalmente as sementes certificadas.

QUADRO 1

BRASIL: Balanço de Oferta e Demanda de Milho – Safras 1976/77 a 1982/83 – 1.000 t

Ano-Safra	Estoque Inicial		Produção	Suprimento	Consumo	Excedente	Exportação	Importação	Estoque Final
	Data	Quantidade							
1976/77	01/04/77	600,0	19.250,0	19.850,0	17.250,0	2.600,0	1.699,0	–	901,0
1977/78	01/03/78	901,0	14.160,0	15.061,0	16.560,0	(1.499,0)	–	1.500,0	1,0
1978/79	01/03/79	1,0	16.457,0	16.458,0	17.700,0	(1.242,0)	–	1.520,0	278,0
1979/80	01/03/80	278,0	20.212,0	20.490,0	21.250,0	(760,0)	–	2.011,0	1.251,0
1980/81	31/04/81	1.251,0	22.554,5	23.805,5	22.396,0	(1.409,5)	–	–	1.409,5
1981/82	01/01/82	1.409,5	22.932,0	24.341,5	22.275,0	2.066,5	509,0	–	1.557,5
1982/83*	31/12/82	1.557,0	23.400,0	24.957,0	22.720,0	2.237,0	1.100,0	–	1.137,0

* estimativa de abril de 1983.
FONTE: CFP.

Desta forma, em dezembro de 1982, estimava-se que o Centro-Sul houvesse semeado 9,7 milhões de hectares com o milho, área 4,3% inferior à da safra 1981/82. Por outro lado, esperava-se, àquela época, que as boas condições climáticas verificadas durante o desenvolvimento da planta pudessem ocasionar um ganho de 12% no rendimento da cultura, fazendo com que a colheita meridional do grão alcançasse pouco mais de 23 milhões de t. Este resultado "empurraria" a produção brasileira para o novo recorde de 24,4 milhões de t, uma vez que se considerava que o Norte-Nordeste repetiria a performance registrada na safra passada.

No entanto, a avaliação de safra divulgada pela CFP em fevereiro reviu a área plantada para menos, e os primeiros resultados obtidos nos principais estados produtores de milho do Centro-Sul parecem colocar algumas dúvidas quanto à obtenção, este ano, de uma safra de milho superior à do ano passado.

Com efeito, de acordo com os dados do Quadro 2, mais uma vez o Paraná deverá posicionar-se como o estado maior produtor de milho, muito embora seu plantio tenha sido prejudicado pelas más condições climáticas ocorridas no segundo semestre do ano passado. Os preços dos insumos alcançaram níveis elevados, tendo o preço da semente certificada, por exemplo, naquele estado, atingido cerca de Cr$ 8.500,00/40 kg, no início de novembro, mês em que o preço médio do milho recebido pelo produtor paranaense foi de Cr$ 1.310,00/kg. A conseqüente menor utilização de sementes melhoradas e de outros insumos de modo geral deverá, assim, comprometer o rendimento inicialmente esperado em até 2.600 kg/ha, sendo mais provável que este não ultrapasse os 2.500 kg/ha.

O estado de Santa Catarina, por sua vez, aposta num aumento considerável da produção do cereal, uma vez que, embora a área cultivada tenha-se mantido praticamente a mesma do ano passado, o rendimento deve aumentar em quase 10%. De fato, a produtividade deste estado vem-se destacando, em função das boas condições climáticas ali observadas de setembro a novembro, o que não ocorreu na safra anterior, quando se verificaram problemas de estiagem nas áreas produtoras. Não resta a menor dúvida de que o excelente resultado financeiro apresentado pela suinocultura, durante o ano de 1982, atuou decisivamente para a manutenção da área plantada com o cereal no solo catarinense, visto tratar-se de produto largamente utilizado na alimentação destes animais.

Os piores desempenhos deverão ficar por conta de Minas Gerais e de São Paulo, embora por razões diferentes. Enquanto os paulistas semearam uma área menor do que a da temporada 1981/82, e esperam um rendimento semelhante, os mineiros deverão ressentir-se da associação de retração da área plantada a uma forte queda na produtividade física da cultura. Assim, estes dois estados, que, na safra passada, conjuntamente produziram 6,9 milhões de t de milho, em 1983 não deverão colher mais do que 5,7 milhões de t do produto, ou 17% a menos.

A retração da área em Minas Gerais (cuja safra é ligeiramente atrasada em relação às dos outros estados já citados) também foi devida à má comercialização do produto da última safra, o que gerou, nos produtores, uma expectativa pessimista quanto aos preços a serem alcançados ao longo deste ano. Desta forma, mesmo aqueles agricultores que se propuseram a semear a terra mais tardiamente, em função da ligeira recuperação apresentada pelas cotações do milho, vieram a reverter esta sua decisão devido às más condições climáticas então observadas. É provável, por conseguinte, que os preços praticados para o produto novo, no presente ano, venham a se aquecer, pois há indicações de que, caso ocorra um superávit naquele estado, este deverá ser pequeno, visto ser de aproximadamente 2,2 milhões t/ano o consumo do produto em Minas Gerais.

Também em São Paulo, os agricultores ressentiram-se agudamente dos altos preços atingidos pelos insumos necessários ao plantio, relativamente aos preços obtidos na venda do grão. A título de ilustração, em 1981*, o produtor paulista de milho

* Embora não se disponha de dados para 1982, presume-se que a situação tenha sido semelhante ou ainda pior. (Fonte: IEA/SP).

teve que fornecer 22,2 t de seu produto pela obtenção de 10 t de fertilizantes, enquanto que, entre 1980 e 1981**, esta relação foi, em média, de 18:10. Já no que diz respeito aos defensivos, a média dos seus preços reais, para os cinco primeiros meses de 1982, foi praticamente igual à média anual de 1981. O que seria alvissareiro, não fosse o fato de o preço médio real do milho recebido pelo agricultor paulista, de janeiro a maio de 1982, ter-se revelado 27,1% inferior à média da mesma época de 1981. Este exemplo nada mais é do que uma amostra do quadro global do país, pois existem indicações de que, em 1982, o consumo de fertilizantes tenha sido 40% inferior ao de 1981.

Da mesma forma, também as sementes melhoradas foram subutilizadas pelo produtor paulista de milho à época do plantio da safra 1982/83, uma vez que seu preço de Cr$ . . . . . 8.450,00/40 kg (milho híbrido simples) tornou sua aquisição proibitiva para a maioria dos agricultores. Dado extremamente preocupante, pois, já no plantio da safra 1981/82, a taxa de utilização da semente melhorada de milho, em São Paulo, foi de apenas 50,3%, nível muito baixo, se considerarmos que, para as culturas de algodão e de trigo, atingiu, respectivamente, 100% e 90%.

** Desconsideraram-se os anos de 1975 e 1976, quando vigorou um subsídio de 40% aos preços médios dos fertilizantes.

QUADRO 2

MILHO: Estimativas de Área Plantada, Produção e Produtividade nos Principais Estados Produtores — Safras 1981/82 e 1982/83

Estado	Safra	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Produtividade (kg/ha)
Paraná	1981/82	2.277	5.430	2.385
	1982/83	2.270	5.675	2.500
Santa Catarina	1981/82	1.109	2.626	2.371
	1982/83	1.100	2.860	2.600
Rio Grande do Sul	1981/82	1.852	3.147	1.700
	1982/83	1.816	3.874	2.133
Minas Gerais	1981/82	1.765	3.555	2.014
	1982/83	1.450	2.538	1.750
São Paulo	1981/82	1.331	3.327	2.500
	1982/83	1.260	3.150	2.500

FONTES: CFP (Minas Gerais), Seag/Deral (Paraná), CEPA (Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e IEA (São Paulo).

Finalmente, o Rio Grande do Sul, apesar de ter plantado uma área 2% inferior à da safra precedente, por ter contado com condições climáticas favoráveis durante o desenvolvimento da planta, espera obter uma produção superior à da temporada 1981/82, posicionando-se como o segundo maior estado produtor deste cereal.

Tradicionalmente, a produção dos estados da região Sul, adicionada às produções paulista e mineira, responde por cerca de 80% da produção brasileira de milho. Apoiada no fato de que, de acordo com os dados acima, as produções específicas destes cinco estados deverão somar as mesmas 18,1 milhões de t verificadas em 1982, em abril, a CFP reavaliou a safra meridional do produto para cerca de 22 milhões de t. Estimou, também, que o total da colheita de milho do país na temporada 1982/83 poderá apresentar ganho de apenas 490 mil t em relação à precedente, tendo em vista a obtenção de não mais do que 1,25 milhão de t na produção setentrional (15% a menos do que a colheita de 1982).

À exceção de Minas Gerais, os outros estados produtores de milho no Centro-Sul iniciaram a colheita em março e, até então, a CFP continuou abastecendo o mercado, leiloando seus estoques do produto nas Bolsas de Cereais. Outrossim, extra-oficialmente, divulgou-se que o governo dispunha de cerca de 400 mil t em estoque, na época da entrada da safra 1982/83, o que faz crer que, embora não divulgado, seu nível de estocagem, no ano passado, deve ter atingido um volume considerável.

Durante a temporada 1982/83, embora seja bastante provável que as aquisições por parte do governo venham a ser, novamente, consideráveis, não deverão alcançar os níveis do ano passado. Isto porque, embora a demanda global ainda deva continuar retraída, o excedente de milho disponível no mercado certamente será menor, tendo em vista uma safra que será apenas semelhante à anterior, o aumento de 2% esperado no consumo interno e o crescimento nas exportações. Por sua vez, o quadro econômico geral não deixa margem a expectativas de que a comercialização do produto novo venha a dar-se a preços muito acima do preço mínimo de garantia. Este, estabelecido em Cr$ . . . . 1.974,00/60 kg, vem sendo apontado como a cotação mais provável a ser atingida pelo cereal a ser colhido, expectativa robustecida pelo fato de que o preço médio praticado na Bolsa de Cereais de São Paulo no leilão de 10/02/83 (fim de entressafra, portanto) foi de Cr$ 1.860,00/60 kg.

Cumpre esclarecer, porém, que o aumento de 2% previsto pela CFP no nível do consumo interno do milho, ao longo da temporada 1982/83 deve-se, unicamente, à expectativa de maior utilização do cereal em substituição ao trigo, cujo subsídio deverá continuar a ser retirado durante o ano. Ou seja, no nível da performance das indústrias de rações, não se espera um aquecimento passível de levar a um incremento da utilização do milho, basicamente devido às primeiras previsões indicarem que o setor avícola de corte no país (responsável pela absorção de cerca de 40% da produção brasileira de rações) poderá crescer menos de 4% ao longo de 1983. É fácil antever, portanto, que a previsão do Sindicato de Indústrias de Rações Balanceadas (ainda a ser divulgada) relativa a seu crescimento no presente ano, não será constituída de grandes cifras.

De qualquer forma, não deixa de ser preocupante a perspectiva de que o estoque inicial da temporada 1983/84 venha a ser inferior a 1,6 milhão de t, volume registrado na temporada atual. Isto porque as conseqüências da provável lenta comercialização do produto na atual safra, associadas às novas regras de crédito rural para o plantio da próxima estação, poderão num futuro próximo, levar o país a defrontar-se com problemas de abastecimento do cereal. Afinal de contas, prosseguem a retirada do subsídio ao trigo e o acordo de fornecimento anual de um mínimo de 500 mil t de milho à URSS, compromissos que ainda podem ser influenciados por novas perspectivas de venda do produto ao exterior, tendo em vista a recente recuperação das cotações no mercado norte-americano* ou seja, pre-

* A adesão de grande número de agricultores norte-americanos ao programa de redução da área plantada com grãos (PIK) levou o USDA a estimar, preliminarmente, que a safra do milho naquele país seja, este ano, inferior em 30% à precedente.

mido pela necessidade de agilizar a captação de moedas fortes, é possível que o governo queira utilizar-se também deste cereal para a concretização da meta de 6 bilhões de dólares de superávit comercial este ano. Recomendável seria, portanto, que estas vendas fossem precedidas de uma avaliação cautelosa do balanço doméstico de oferta/demanda, de forma a se evitarem futuros apertos no abastecimento de milho, no país.

SOJA

Exportações do complexo deverão obter um bom resultado, em 1983

De agosto de 1982, quando as primeiras intenções de plantio apontavam para um encolhimento na área, a março de 1983, com a colheita em andamento nas várias regiões produtoras, a safra brasileira de soja evoluiu de forma bastante inusitada, fazendo com que a produção recorde de 15,16 milhões de t, alcançada em 1979/80, por pouco não fosse superada. Ao contrário das expectativas iniciais, a quantidade a ser produzida beira as 15 milhões de t, 17% superior à de 1981/82, resultado que se deve a uma oportuna combinação de crescimento de área e recuperação da produtividade.

No Sul do país, a redução da área não chegou a ocorrer na amplitude estimada. A ausência de opções mais rentáveis para o produtor, duplamente afetado pelas quebras de safra da soja e do trigo em 1982, terminou por manter praticamente inalterada a área já ocupada com a oleaginosa. Dessa forma, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná não teriam perdido aproximadamente 100 mil ha ou 1,6% do total de 6,175 milhões de hectares, plantados em 1981/82.

Por outro lado, no Centro-Oeste, a área cresceu de modo bem mais acentuado do que se previa à época do plantio, quando se estimava que alcançaria cerca de 1,5 milhão de ha. Na realidade, a área ocupada com a leguminosa na região alcançou 1,65 milhão de ha, superando em 21% os 1,362 milhão cultivados na última temporada.

No cômputo geral, a área de cultivo no Brasil expandiu-se algo em torno de 200 mil ha, retornando, assim, ao patamar de 8,5 milhões de ha plantados na safra 1980/81.

A produtividade média esperada para essa safra, por sua vez, se equipara aos 1.765 kg/ha obtidos em 1980/81, dado que é até certo ponto surpreendente, uma vez que na época da formação das lavouras, muito se falava na menor utilização de insumos, em função das dificuldades de obtenção de crédito junto à rede bancária e da "liberalização" da aplicação dos recursos de custeio, através da Circular 706 do Banco Central. As produtividades médias das culturas, em conseqüência, deveriam declinar, ainda que o clima fosse favorável. Tal não ocorreu, o que faz supor que a parcimônia de recursos pode, às vezes, ser sinônimo de racionalização no seu uso. Essa racionalização, associada a um desempenho climático favorável, pode gerar bons resultados em termos de produção agrícola.

A obtenção de uma boa safra, no entanto, não resolve todos os problemas dos sojicultores, que estão, agora, com os olhos voltados para Chicago, pois é o intrincado jogo de forças do mercado externo que define, em última instância, os níveis de seus ganhos. Do mercado internacional começam a vir sinais positivos. A recente queda dos preços do petróleo e o início da recuperação da economia dos EUA vêm estabelecendo algumas bases para o fortalecimento dos preços das *commodities*, dentre elas a soja e seus derivados. A esse quadro, vieram se juntar os dados da participação dos agricultores norte-americanos nos programas oficiais de redução da área agrícola, na safra 1983/84. Esses programas, entre os quais, o tradicional *Reduced Acreage Program* e o inovador *Payment in Kind*, deverão fazer com que deixem de ser plantados 33 milhões de ha de cereais (trigo, milho, arroz. . .) e de algodão.

Mesmo sem participar desses programas, a soja deverá sofrer alguns de seus efeitos. De início, pode-se esperar uma retração no plantio da oleaginosa, uma vez que a diminuição que se vem observando na relação de preços soja/milho possivelmente levará ao aumento do plantio do cereal em áreas não comprometidas com aqueles programas. Em adição, a soja, normal-

mente plantada em regime de rotatividade com o trigo, deixará de ser produzida, ao menos por aqueles agricultores vinculados aos programas.

O USDA, antecipando o que será a safra americana 1983/84, projetou a produção da oleaginosa em 57 milhões de t (ainda não há estimativa de área), ou seja, 5 milhões a menos do que a produção da última safra. Diante disso, dos ligeiros aumentos da moagem e das exportações, os estoques finais da temporada 1983/84 são projetados em 7,76 milhões de t, contra 10,34 milhões, em 1º de setembro de 1983.

Permanece incerto, entretanto, como e quando ocorrerá a tão esperada reativação do consumo. Isso dependerá, daqui para a frente, da performance da economia mundial e, em particular, do setor de carnes. Segundo a publicação *Oil World*, os preços e a rentabilidade do setor avícola começaram a apresentar sintomas de melhora, havendo, pois, boas razões para se esperar um crescimento da demanda na segunda metade da temporada (abril a setembro de 1983).

Até o momento, contudo, apenas a União Soviética vem aumentando substancialmente suas compras em relação às de um ano atrás. Entre outubro de 1982 e janeiro de 1983, aquele país adquiriu um total de 711 mil t de farelo (491 mil, só do Brasil) contra 206 mil t, de outubro de 1981 a janeiro de 1982.

Por outro lado, as exportações norte-americanas e brasileiras de óleo vêm evoluindo de maneira bastante favorável. Segundo dados preliminares, de outubro a março, esses dois países venderam 790 mil t de óleo contra 679 mil, em igual período do ano anterior.

Com a confirmação dos prognósticos otimistas em termos de diminuição da oferta de grão e crescimento do consumo de farelo e óleo, os preços internacionais poderão se firmar ou até mesmo superar ligeiramente o nível de US$ 6,3/bu, atingido logo após a divulgação, pelo USDA, da participação dos agricultores norte-americanos nos programas de redução de área.

Em maio, tal nível de cotações poderá alcançar preços médios em torno de Cr$ 5.000,00/sc, valor 25% superior ao esperado antes da maxidesvalorização cambial de fevereiro. Isto significará um aumento de 138% (superior à inflação do período) em relação ao preço médio recebido pelo produtor brasileiro, na comercialização da última safra, estimado em Cr$ 2.100,00/sc.

Mais importante ainda do que o comportamento isolado dos preços é a sua relação com os custos de produção. Segundo a Fecotrigo, o custo médio, na atual safra, da saca de 60 kg, é de Cr$ 3.300,00, valor que confrontado com a média potencial de preços de Cr$ 5.000,00/sc, calculado para maio, propiciaria um retorno bruto de aproximadamente 50%. A rentabilidade do produtor será, pois, visivelmente mais elevada, tendo em vista não só essa margem de preços mas, também, em função da maior produtividade, obtida de forma generalizada nas lavouras (em especial a do Rio Grande do Sul, estado mais castigado pela estiagem de 1982). Portanto, a prevalecerem aqueles preços ("maxivalorizados"), os resultados dessa safra compensarão os insucessos da anterior.

A verdade é que foi instituído, logo após a "máxi", um Imposto de Exportação fixado inicialmente em 30%, depois reduzido para 20% e, finalmente, 5%. O Imposto incide sobre a exportação de grão, farelo e óleo e só será extindo em 1984. Mesmo assim, a maxidesvalorização elevou a receita em cruzeiros, por unidade exportada, em 23,5%. Esse ganho deverá ser mantido, se as desvalorizações cambiais acompanharem o ritmo de crescimento inflacionário, conforme anunciado recentemente.

A natureza ambivalente da formação de preços do complexo soja mais uma vez conduzirá a alternativas conflitantes. Os preços recebidos pelo óleo de soja destinado à exportação serão corrigidos pela inflação. Por outro lado, as vendas internas desse produto e das margarinas terão preços administrados pelo governo, com a finalidade de impedir a propagação das pressões inflacionárias causadas pela "máxi". Esses preços só poderão ser reajustados com 90% da correção monetária, a partir de outubro de 1982.

O cumprimento dessa condição dependerá, em parte, das cotações

externas e da possibilidade concreta de obtenção, pelas indústrias, do chamado *mix* de preços, que lhes viabilize a oferta do óleo no mercado doméstico, nos níveis exigidos pelo governo. Se isso não ocorrer, poderá haver problemas no abastecimento interno do produto.

Existem ainda outros fatores capazes de influir sobre a comercialização da safra brasileira. O primeiro deles é a disponibilidade de recursos para EGF. É possível supor que, diante das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, o atendimento à demanda por crédito de comercialização, conforme ocorreu no ano passado, não flua no ritmo necessário. Isso diminui o poder de barganha dos produtores e agrava a disponibilidade de capital de giro da indústria, que já se defronta com margens de esmagamento apertadas. Essa disponibilidade poderá ser reduzida ainda mais se forem restringidos, conforme se cogita, os financiamentos para importações em regime de *draw back*.

A questão das importações em *draw back*, é, aliás, bastante controversa. Instituídas com o objetivo de trazer divisas ao país, através da agregação de valor no processamento de matérias-primas, essa meta nem sempre é atendida. Em 1982, por exemplo, a relação dos preços médios obtidos com a importação de grãos e com a exportação de farelo e óleo, guardada a proporcionalidade entre um e outro, foi igual à unidade. Neste caso, não houve qualquer ganho líquido de divisas.

A vantagem do *draw back* para o setor soja, está no aumento da utilização da capacidade nominal de moagem do parque industrial, que se situa em torno das 24 milhões de t, e a conseqüente redução dos custos unitários de produção. Ou seja, a operação é sempre conveniente para as empresas, apesar de possivelmente inócua para a balança comercial do país.

A possibilidade de importação, em regime de *draw back*, pode apresentar outros desdobramentos e, dentre eles, acabar estimulando, ainda que de forma indireta, o chamado "contrabando" de soja. Esse contrabando seria, supostamente, o "batismo" da soja brasileira como paraguaia, para ser, em seguida, embarcada para a Europa, através de Paranaguá. Nesta linha de raciocínio, não há nada que impeça a soja "naturalizada" de ser exportada também para o Brasil, comprada com financiamento para importação de matérias-primas, em regime de *draw back*. Além disso, a exportação do farelo e do óleo resultantes de seu processamento não sofreria a incidência de impostos.

De um modo ou de outro, o fato é que esse contrabando — que sempre existiu de forma reduzida — assumiu proporções exageradas. O Paraguai, com uma produção estimada pelo USDA em 600 mil t (1981/82), exportou 561 mil t para o Brasil e 294 mil através do Brasil, além de uma pequena exportação via Argentina e da reserva para sementes.

A aproximação das taxas de câmbio oficial e "paralela" após a maxidesvalorização e a posterior redução do Imposto de Exportação, exigindo um exame mais criterioso dos pedidos de financiamento às importações, deverão reduzir, de maneira substancial, o desvio de produto brasileiro.

O primeiro reflexo disso será uma queda das importações nessa safra, cujos níveis deverão ser menores, também, em conseqüência da queda da produção argentina. A safra do país vizinho, inicialmente estimada em 4,6 milhões de t, deverá se situar em apenas 3,4 milhões de t (versus 4 milhões, em 1982), o que resultará num excedente exportável de grãos pouco superior a 1 milhão de t, 500 mil das quais já comprometidas com a União Soviética.

Desse modo, a posição brasileira como ofertante no mercado internacional se fortalece fazendo crer que a receita total de divisas com a exportação de 1 milhão de t de grão, 8 milhões de farelo e 1 milhão de t de óleo possa atingir os 2,5 bilhões de dólares. Este seria o segundo maior valor obtido pelo Brasil, desde a sua entrada no comércio mundial de soja, superado apenas pelos US$ 3,2 bilhões de 1981.

*ALGODÃO – Preços Mínimos Oficiais e Preços Médios Recebidos pelos Produtores, no Início da Comercialização da Safra *, no Paraná – 1981/82 e 1982/83 (Cr$/arroba)*

Preço Mínimo 1981/82 (A)	Preço Mínimo 1982/83 (B)	B/A	Preço Recebido 1981/82 (C)	Preço Recebido 1982/83 (D)	D/C	C/A	D/B
958,05	1.886,10	1,97	899,70	1.772,70	1,99	0,94	0,94

* Mês de março.
FONTE: Centro de Estudos Agrícolas/FGV e CFP.

Na atual comercialização, tanto em nível de mercado, como em relação ao preço mínimo, o cotonicultor recebeu, em março, um preço 7% inferior, em termos reais, ao recebido no mesmo período, em 1982. Também a safra 1981/82 teve estes preços abaixo dos de sua precedente. Assim, a CFP poderá ser, novamente, a principal compradora, pois o preço do mercado está abaixo do preço mínimo, situação que deverá permanecer durante o pico da comercialização, se a indústria continuar optando por não formar estoques e os preços seguirem no atual patamar.

A elevação de preços, que porventura venha a ocorrer nos próximos meses, dificilmente beneficiará a maioria dos produtores, devido à necessidade de recursos para cumprir os pagamentos do crédito de custeio, que começam a vencer neste período, obrigando à venda antecipada do produto. Se os preços prosseguirem em seu nível atual, o produtor deverá optar pela venda ao governo (AGF), pois o EGF não seria compensado pelos preços do mercado, futuramente. Deste modo, em nível de produtor, o preço auferido deverá ficar próximo do preço mínimo pago pela CFP.

ALGODÃO – Cotações Médias nas Bolsas de Mercadorias de São Paulo, Mênfis e Nova Iorque – Comparativo do Mês de Março de 1982 e 1983

Anos	Cotação do 1º futuro na B.M. de São Paulo (Cr$/kg)	Variação %	Cotação no mercado físico de Mênfis-EUA (US¢/lb-peso)	Variação %	Cotação do 1º futuro na B.M. de Nova Iorque-EUA (US¢/lb-peso)	Variação %	Cotação[1] do dólar norte-americano	Variação %
1982	3.124,00	–	61,36	–	64,94	–	144,37	–
1983	6.645,47	112,7	65,79	7,2	72,89	12,2	399,45	176,68

FONTE: Bolsa de Mercadorias de São Paulo e Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque, via Unicom News.
[1] Cotação média de compra do Banco Central.

A comercialização do algodão na Bolsa de Mercadorias de São Paulo apresentou, em março do corrente ano, um aumento real em sua cotação (primeiro futuro) quando comparada com o valor vigente no mesmo período do ano passado. Na análise dos futuros mais distantes, porém, o *spread* demonstra que a perspectiva de preços reais daqui por diante é declinante. Esta projeção não é confirmada, entretanto, pelos indicadores de mercado, na medida em que as estimativas das exportações, tanto de produtos têxteis acabados, como de algodão em pluma, indicam que o suprimento do mercado interno, neste ano, não deverá apresentar excedentes, como ocorreu em 1982, fator que influenciou bastante a tendência de queda dos preços. Vale lembrar, ainda, que a performance do setor têxtil no tocante às exportações em 1982 ficou muito aquém da esperada, fator que atuou, também, no sentido de reduzir os preços.

No mercado internacional, a cotação *spot* encontra-se praticamente no mesmo nível de 1982 (valor real). A cotação do primeiro futuro (maio) na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque apresentou, em março, um aumento significativo, quando comparada com o mesmo período do ano passado, reflexo da expectativa de preços favoráveis, face à queda na qualidade da produção de algodão da URSS e à redução da oferta da próxima safra dos EUA. Assim, esperam-se cotações mais altas no segundo semestre, na entrada da safra do Hemisfério Norte.

SOJA: Preços Mínimos Oficiais e Preços Médios Recebidos pelos Produtores no Início da Comercialização da Safra, no Rio Grande do Sul

Preço Mínimo 1981/82(A)	Preço Mínimo 1982/83(B)	B/A	Preço Recebido 1981/82(C)	Preço Recebido 1982/83(D)	D/C	PRP/PM 1981/82	PRP/PM 1982/83
1.321,80	2.552,40	1,93	1.623,89	3.372,40	2,07	1,22	1,32

FONTE: CFP, Emater.

No início da comercialização da atual safra, a relação *preço recebido pelos produtores/preço mínimo de garantia* apresentou uma variação positiva, quando comparada à de 1981/82. Este fato decorreu do maior crescimento da remuneração obtida pelos sojicultores (107%) comparativamente à apresentada pelo preço mínimo oficial (93%).

O preço mínimo da soja tem, no entanto, pouca influência sobre as cotações internas, formadas, primordialmente, a partir das de Chicago. No caso desta oleaginosa, os preços oficiais servem apenas como referência para a tomada de Empréstimos do Governo Federal (EGF's).

Os preços recebidos pelos produtores, por sua vez, apresentaram um crescimento apenas ligeiramente inferior à inflação do período (109,7% entre março de 1982 e março de 1983) em função da vigência do Imposto de Exportação (IE) que neutralizou parcialmente os ganhos adicionais (potenciais) dos produtores, após a maxidesvalorização do cruzeiro, de fevereiro passado.

Essa relação deverá crescer substancialmente nos próximos meses, em decorrência da redução do IE de 20% para 5%, em meados de março, e do movimento altista das cotações externas, a partir da divulgação dos resultados da adoção do mais recente programa do governo norte-americano para a agricultura, o PIK.

SOJA: Cotações nas Bolsas de Mercadorias de São Paulo e Chicago — Comparativo dos Meses de Março de 1982 e de 1983

	Cotação do *Spot* B. M. de São Paulo (Cr$/60 kg)	Variação %	Cotação do *Spot*, na B. M. de Chicago (US¢/60 lb-peso)	Variação %	Cotação do Primeiro Futuro na B. M. de Chicago (US¢/60 lb-peso)	Variação %	Cotação[1]	Variação %
1982	1.794,96	—	614,86	—	610,33	—	144,37	—
1983	3.911,96	117,94	593,86	−3,41	579,26	−5,10	399,45	176,68

[1] Cotação média de compra do Banco Central.
FONTE: B. M. de São Paulo e B. M. de Chicago, via Unicom News.

O quadro acima mostra a variação dos preços internos e externos, nas Bolsas de Mercadorias de São Paulo e de Chicago, além da cotação do primeiro futuro em julho, no mercado externo, nos meses de março de 1982 e de 1983, e a taxa de câmbio nos mesmos períodos.

O mercado externo teve um comportamento decepcionante, este ano, uma vez que, há meses, publicações especializadas prognosticavam a recuperação dos preços do complexo soja. O que se observou, no entanto, foi uma queda das cotações externas, se se compararem os preços atuais (março) com os de um ano atrás. Registre-se que, naquela época as perspectivas de março para julho, consubstanciadas nos preços futuros, eram ainda, relativamente, mais pessimistas em 1983 do que em 1982.

Esse panorama sofreu uma mudança sensível com o anúncio, pelo USDA, da participação dos agricultores norte-americanos no Programa de Pagamento em Produto (PIK) que, além de reduzir a área plantada com cereais e com algodão, poderá, também, indiretamente, fazer cair a área de soja na atual safra do Hemisfério Norte.

Os preços internos, pelo menos na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, conseguiram um desempenho um pouco melhor. Cresceram ligeiramente acima da inflação do período, talvez como reflexo da maxidesvalorização do cruzeiro, de fevereiro passado. Na realidade, essa pequena alta significa apenas uma recuperação dos baixos preços que vigoraram na comercialização de 1982, apesar da quebra da safra brasileira.

ARROZ AGULHA: Preços Mínimos Oficiais e Preços Médios Recebidos pelos Produtores no Início da Comercialização da Safra, no Rio Grande do Sul — 1981/82 e 1982/83
Cr$/60 kg

Preço Mínimo 1981/82(A)	Preço Mínimo 1982/83(B)	B/A	Preço Recebido* 1981/82(C)	Preço Recebido* 1982/83(D)	D/C	PRP/PM 1981/82	PRP/PM 1982/83
1.399,00	3.228,30	2,31	2.232,86	3.630,00	1,63	1,59	1,12

* Mês de março.
FONTE: CFP, EMATER.

Nos últimos anos, o mercado do arroz tem assegurado remunerações satisfatórias àqueles produtores capazes de obter elevados índices de produtividade, mediante a tecnificação de seus cultivos, ou inversamente, capazes de produzir o cereal com baixos custos de produção, embora com um rendimento físico nem sempre alto. Deste modo, as variações da área cultivada da orizicultura não são muito acentuadas e a produção, até recentemente ascendente, mantém-se estagnada, há algum tempo. Aliás, as últimas safras, mesmo tendo apresentado problemas, registraram números elevados, permitindo o atendimento ao consumo e a constituição de estoques substanciais. As relações de preços contidas no Quadro mostram que o preço mínimo oficial de compra do produto ganhou terreno, na comparação com os preços recebidos pelos orizicultores, entre a última safra e a atual. No entanto, se o primeiro indicador 1,59 foi, para o mercado do arroz, um resultado que pode ser considerado bom, o segundo, 1,12, é dos mais baixos já registrados. Com efeito, pode-se ver em **Agroanalysis**, vol. 4, nº 8 que a relação PRP/PM, entre 1966 e 1976 foi, em média, 1,44, atingindo seus pontos extremos em 1968 (2,01) e 1976 (1,11). A situação atual é de uma lavoura cujos preços mínimos mereceram reajustes favoráveis, para compensar a estagnação do mercado, mas que permanece com suas cotações indefinidas, enquanto prossegue atrasada a entrada do produto novo e não se define o real tamanho da safra. Ao que tudo indica, porém, a relação *preços recebidos pelos produtores/preço mínimo* deverá apresentar um certo aumento, ao longo da atual comercialização.

FEIJÃO PRETO DAS ÁGUAS: Preços Mínimos Oficiais e Preços Médios Recebidos pelos Produtores no Início da Comercialização da Safra, no Paraná
1981/82 e 1982/93 — Cr$/60 kg

Preço Mínimo 1981/82(A)	Preço Mínimo 1982/83(B)	B/A	Preço Recebido* 1981/82(C)	Preço Recebido* 1982/83(D)	D/C	PRP/PM* 1981/82	PRP/PM 1982/83
3.709,80	6.905,26	1,86	2.896,38	6.686,33	2,30	0,78	0,96

* Mês de janeiro.
**Preço recebido pelo produtor/preço mínimo.
FONTE: CFP, EMATER.

Em razão da conhecida inconstância da oferta de feijão, no país, o governo federal tem-lhe dedicado maiores atenções, nos últimos anos. Tal tratamento manifesta-se, por exemplo, na concessão de financiamento integral dos VBC's e na fixação de preços básicos considerados remuneradores. Na safra passada, porém, diante de uma inflação acumulada de 95%, entre outubro de 1981 e outubro de 1982 (quando é conhecido o preço mínimo do feijão), o preço de compra do governo situou-se 86% acima do preço mínimo anterior. Ocorre que fora mantido o privilégio em termos de financiamento integral para o plantio da safra 1982/83, mas a concessão de um preço básico elevado recolocaria o Estado na condição de maior adquirente e detentor de estoques do produto. As relações entre os preços recebidos pelos produtores de feijão preto, na safra das águas paranaense, e os preços institucionais, ilustram a situação deste mercado. Com efeito, nas duas safras, aquelas médias foram inferiores ao preço oficial, embora tenha havido uma sensível melhora na relação. Pode-se, porém, encontrar fáceis explicações para a mudança, pois a safra do Paraná foi bastante prejudicada pelo clima, ofertando, em grandes quantidades, feijão "chuvado", o que sobrevalorizou o produto bom. Paralelamente, o atraso da colheita redundou numa entrada tardia do produto novo, fazendo com que a média dos preços recebidos em fevereiro, quando o produto começou a surgir no mercado, caísse para Cr$ 6.077,00 segundo a Emater (a relação PRP/PM seria, em fevereiro, de 0,88). A redução também da oferta estimada para a safra da seca deverá sustentar as cotações, em função do aperto do balanço entre a oferta e a demanda do produto.

MILHO: Preços Mínimos Oficiais e Preços Médios Recebidos pelos Produtores no Início da Comercialização da Safra, no Estado do Paraná 1981/82 e 1982/83 – Cr$/60 kg

Preço Mínimo Safra 1981/82(A)	Preço Mínimo Safra 1982/83(B)	B/A	Preço Recebido* 1981/82(C)	Preço Recebido 1982/83(D)	D/C	PRP/PM** 1981/82	PRP/PM** 1982/83
1.028,40	1.974,00	1,92	839,00	1.810,00	2,16	0,92	0,82

* Março.
** Preço recebido pelo produtor/preço mínimo.
FONTE: SEAG/DERAL.

À semelhança do ocorrido em março de 1982, embora em menor escala, o preço recebido pelo produtor paranaense pela saca de milho, em março deste ano, foi inferior ao preço mínimo em vigor, conforme atestam as relações entre a remuneração obtida pelos produtores e o preço oficial, nas duas safras. Observe-se, porém, que o preço recebido, este ano, colocou-se mais próximo do preço de garantia, apenas porque este sofreu um reajuste nominal de somente 92%, enquanto os preços de mercado tiveram um reajuste de 116%. Esta remuneração, ainda que levemente superior à inflação do período, interrompeu o processo de descapitalização do produtor de milho do Centro-Sul, que novamente tem no AGF sua opção quase única de comercialização. Diante do exposto, tudo leva a crer que a comercialização do milho colhido na safra 1982/83 venha a ser muito semelhante à do ano passado, quando o governo foi o grande comprador do produto novo, constituindo consideráveis estoques do grão Paralelamente, a avicultura, fator mais dinâmico da demanda deste cereal, tem seu crescimento previsto em apenas 4% para o presente ano. Esta perspectiva, caso confirmada, significará, certamente, o afrouxamento do mercado de milho, ao longo do ano. Como arremate desse quadro pouco alentador, deve ser mencionada a possibilidade de não se concretizar a previsão da CFP de que a mistura da farinha de milho na panificação e na produção de massas comestíveis corresponderia a um aumento de 2% no consumo total do cereal, em 1983. O setor moageiro alega não dispor de recursos suficientes para, no curto prazo, adaptar os equipamentos para a introdução da farinha de milho na composição daqueles produtos alimentícios.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês anterior ao da capa da revista).

1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	11,21	6,17	6,30	6,46	6,62		6,89		7,22	7,46			7,92		8,47			Rumores de quebras nas safras cubana e soviética estimulam elevação dos preços.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	61,36	65,79	66,82	67,53	72,89		72,26			70,75		70,36			71,54			Quebra na safra do algodão soviético força importações. EUA deverão ser os beneficiados, via aumento de exportações para países da Ásia e Europa Oriental.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	1828,52	1755,89	1687,38	1695,25	1755,89		1786,87		1813,96			1843,22			1868,46			Divergências quanto ao volume do déficit na safra 1982/83. Alguns analistas estimam que a quebra da produção é superior à avaliação de empresas especializadas.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	137,38	123,10	124,50	124,17	123,10		121,79		120,98			118,49			115,84			– Demanda internacional permanece retraída. – É grande o temor de que a OIC realize um corte de quotas, caso a média móvel de quinze dias do preço indicativo da OIC situe-se abaixo de US$ 1,20/lb.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

Agroanalysis, 7(4): 25-30, abril/1983

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	266,99	296,49	308,29	308,50	294,31		300,34		296,48			294,57			303,68			Perspectivas de que a safra norte-americana 1983/84 seja 33% inferior a precedente e de que seja assinado novo acordo de venda de grãos à URSS dão certo suporte a este mercado.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	614,99	593,86	625,79	629,50	606,70		615,86	620,68	624,83		636,86		648,90		655,45			A Associação Americana de Soja (ASA) prevê uma queda de 11% da área plantada, naquele país. Por outro lado, o USDA estima que os preços só devem se recuperar de maneira significativa na próxima temporada, a se iniciar em setembro.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	182,93	174,04	183,50	183,50	179,83		183,65	189,55	187,48	188,87		193,69		193,34				Incremento na demanda soviética atendida principalmente pela Europa Ocidental.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	358,50	333,88	357,83	356,00	340,32		350,24		359,86			375,14			387,36			Redução de 20% na safra norte-americana em relação às 76,4 milhões de t de 1982, e possíveis perdas na produção soviética de inverno representam fatores construtivos no mercado.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês anterior ao da capa da revista).
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	6381,35	6645,47	6944,17	7003,33	↑	Entrada da safra melhora condições de suprimento no mercado. Indústria deverá continuar comprando ativamente.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	8938,79	8352,17	8300,00	8300,00	↑	O mercado deverá ser influenciado pelo início das compras do IRGA e pelas novas estimativas referentes às quebras.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc. 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	29335,03	29960,45	30046,67	30133,33	↑	Tipos finos cada vez mais difíceis.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	4973,49	5304,35	5750,00	6000,00	↑	– Aumento das exportações. – Pequeno volume de carne estocada. – Retenção de boi gordo ante a expectativa de alta. – Menor envio de matrizes para abates.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.
NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

Agroanalysis, 7(4): 25-30, abril/1983

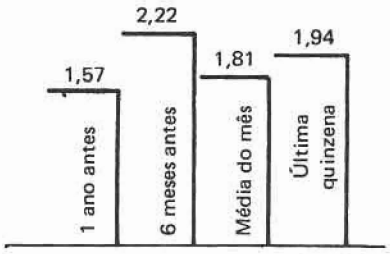
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	9706,64	11489,13	11750,00	11750,00	↓	Boa parte do produto colhido na segunda safra apresenta uma qualidade insatisfatória, valorizando o produto bom.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	211,64	194,93	197,90	197,00	↓	Tendência altista das cotações do boi gordo aquece o mercado da ave.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2349,09	2133,04	2120,56	2120,00	↓	Intensificação da colheita da safra 1982/83 no Centro-Sul.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	3664,76	3911,96	4300,00	4300,00	↓	Preços firmes no mercado externo sustentam as cotações internas do grão.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

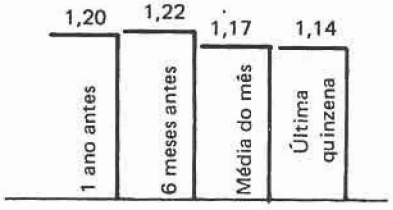
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo / Frango Vivo



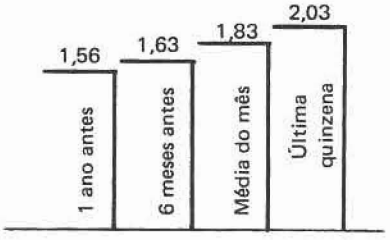
Superior à relação média do mês, o preço relativo boi gordo/frango vivo da quinzena refletiu a elevação de 8,4% verificada na cotação do boi gordo no período. Este aumento deu-se em conseqüência não só da possibilidade de considerável expansão das exportações de carne bovina após a maxidesvalorização do cruzeiro, como também devido à retração da oferta de animais para abate, tendo em vista a perspectiva de sua valorização futura. Há um ano, no entanto, a diferença entre os preços destas duas carnes era sensivelmente menor.

Frango Vivo / Ração Ave Corte



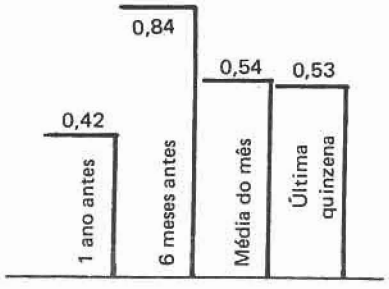
Inferior aos preços relativos de há seis meses e ao preço relativo médio do mês, a mais recente relação de preços frango vivo/ração para ave de corte traduz o encarecimento da alimentação animal em cotejo com os preços da ave. Isto porque o nível da oferta de frangos vivos para abate, a despeito das medidas contracionistas adotadas pelos produtores de pintos, ainda é considerado alto para o atual patamar da demanda varejista.

Soja / Milho



Recuperando-se celeremente à medida em que tomam corpo as notícias de que sobem as cotações na Bolsa de Chicago, o preço da soja, na última quinzena do mês, passou a representar mais do dobro do preço do milho. Mantém-se, assim, a escalada altista deste preço relativo, à medida em que a cotação do milho sofre pressões tanto do lado da demanda contraída, como também de uma safra nacional igual ou algo superior à antecedente.

Feijão Preto / Feijão Carioquinha

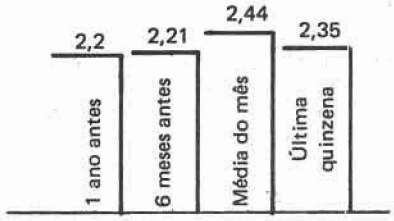


Superior à posição de há um ano, o atual preço relativo feijão preto/feijão carioquinha evidencia a maior valorização registrada pela cotação do feijão preto no período, tendo em vista a quebra de cerca de 40% havida na safra das águas 1982/83, que conta com grande participação desta variedade no total colhido.

FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

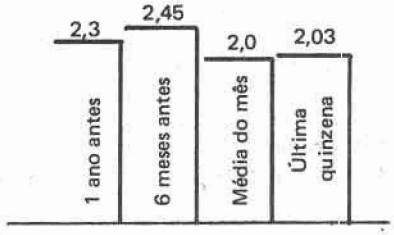
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão / Soja



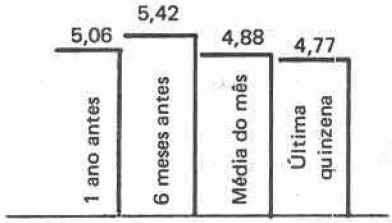
Em franca ascensão, as cotações da soja no mercado internacional têm sido impulsionadas pela expectativa de que a safra norte-americana 1983/84 venha a ser 7,7% inferior à precedente. A associação deste fato à relativa estabilidade do preço do algodão, durante a última quinzena do mês, fez com que decrescesse o preço relativo algodão/soja em relação ao antecedente, aproximando-se do valor registrado há seis meses.

Soja / Milho



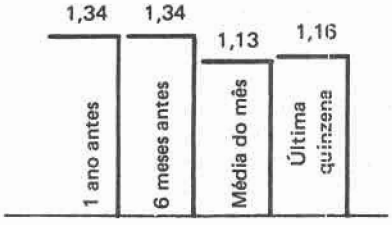
A avaliação feita pelo Departamento de Agricultura dos EUA, de que a safra 1983/84 de milho daquele país será mais de 30% inferior à precedente, justifica o aumento de 4% havido na cotação deste grão na última quinzena, em comparação com a média do mês. A contraposição deste fato ao ganho de 5,4% no preço da soja no período justifica o mais novo patamar deste preço relativo, inferior ao de há seis meses, época em que os EUA viam-se às voltas com uma safra recorde de milho, da ordem de 212,8 milhões de t.

Algodão / Milho



A quebra de safra (tanto qualitativa quanto quantitativamente) ocorrida na cultura soviética de algodão, obrigando a URSS a diminuir suas exportações da fibra, justifica o aumento de 1,6% observado na cotação do algodão durante a última quinzena, em cotejo com o valor médio do mês. A conjugação deste ganho à mencionada evolução do preço do milho no mesmo período explica o preço relativo algodão/milho desta quinzena, inferior ao de há um ano antes, o que subentende a maior valorização do cereal no período.

Trigo / Milho



A valorização de 10,5% havida no preço do trigo, esta quinzena, em relação a seis meses antes, deveu-se à expectativa de que os estoques finais do produto, ao encerrar-se a atual temporada, venham a ser quase 12% inferiores àqueles remanescentes no ano-safra anterior. Por sua vez, o aumento verificado no preço do milho alcançou 28%, o que fez com que o preço relativo trigo/milho passasse a apresentar valor próximo à unidade.

FONTES: Algodão: Unicom, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom, Commodity Year Book.

Impresso na

COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO 128 TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22.250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões. Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Corrêa Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
- Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
- Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
- Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
- Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
- Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
- Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
- Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
- Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL